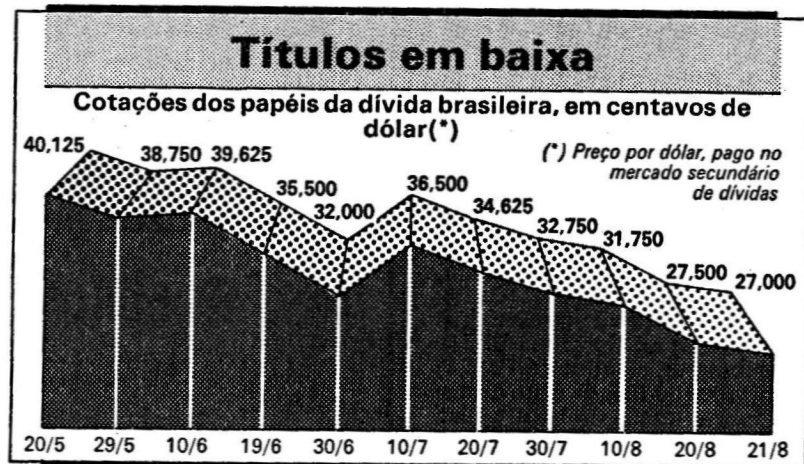


Queda torna atrativo título da dívida

A crise política criou uma oportunidade de elevados ganhos para os grandes investidores com sangue frio e vontade de se arriscar. Trata-se do mercado secundário de títulos da dívida externa brasileira, onde os bancos credores negociam os US\$ 40 bilhões de débitos do País com grandes descontos. Os títulos começaram o ano sendo negociados a US\$ 0,30 por dólar, chegaram a US\$ 0,40 por dólar em maio e hoje, com a crise política, caíram para US\$ 0,27, o mais baixo nível dos últimos meses e um bom ponto de compra, segundo alguns diretores de bancos estrangeiros. Só como comparação, citam o caso dos títulos da Nigéria, cotados a US\$ 0,38 por dólar.

Não é fácil, porém, entrar nesse mercado, que negocia uma média de US\$ 100 a US\$ 200 milhões por dia. É preciso primeiro ter dinheiro no Exterior, o que limita a aplicação aos casos de pessoas que recebam heranças de parentes fora do Brasil, ou que operam no mercado de remessas ilegais, pelo dólar paralelo. Deve-se também en-



contrar um banco ou corretora que negocie esses títulos, normalmente bancos credores.

O valor mínimo de aplicação também é elevado, US\$ 270 mil (Cr\$ 1,5 bilhão), o suficiente para a compra de US\$ 1 milhão em títulos. A chance de ganho, porém, é alta, uma vez que esse título pode voltar aos US\$ 0,40 por dólar, o que representaria ganho de 48% em dólar. Há também algumas instituições, in-

clusive brasileiras, como o banco Pactual e o Garantia, que possuem fundos de investimento em dívidas brasileiras, e que permitem investimentos a partir de US\$ 50 mil (Cr\$ 285 milhões).

Mas se a chance de ganhos é alta, o risco de perdas também é elevado, pois os preços podem variar 50% de um dia para o outro, dependendo apenas da situação do País, explica um ope-

rador. Por isso, poucas pessoas físicas negociam nesse mercado e são, normalmente, brasileiros ou latino-americanos que conhecem a situação do credor.

O mercado secundário de dívidas é um mercado altamente volátil, que negocia débitos de vários países do mundo. No caso do Brasil, o título mais negociado é o Deposit Facility Agreement, um título originário do acordo da dívida externa brasileira de 1982. Com a moratória, o Banco Central brasileiro abriu uma conta para cada credor externo, onde foram registrados os valores que deixaram de ser pagos.

São os valores dessas contas que os bancos estrangeiros negociam. Assim, a transferência das dívidas tem de passar pelo BC brasileiro, o que significa que os investidores nacionais só podem comprar títulos da dívida por meio de contratos informais, os chamados contratos de gaveta, onde o banco não registra a operação. Outra alternativa são os fundos de dívidas, que garantem o sigilo dos investidores.